

COMISSÃO DO TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)
REQUERIMENTO N.º , DE DE FEVEREIRO DE 2011.

Requer a realização de audiência pública para debater mudanças de estrutura organizacional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater mudanças de estrutura organizacional da Empresa de Correios, Telégrafos.

Para tanto, requeremos que sejam convidados a participar da audiência, representantes das órgãos/ entidades relacionadas:

- Representante do Ministério das Comunicações;
- Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Senhor Wagner Pinheiro ;
- Representante da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares - Senhor José Rivaldo da Silva – Secretário Geral;
- Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento.

JUSTIFICATIVA

Há vários anos existe a discussão para a regularização de uma mudança na ECT, ou seja, a reestruturação. Na época do governo Fernando Cardoso, existia o projeto de lei 1491/99 , que criava uma empresa de capital aberto (S/A), abria o mercado postal com a determinação do fim do monopólio

e privatizava esse patrimônio brasileiro. No primeiro ano do governo Lula, o projeto foi retirado do Congresso, mas as ameaças não acabaram. A iniciativa privada foi ao Supremo Tribunal Federal na tentativa de acabar com o monopólio postal e consequentemente a abertura do mercado. A categoria e a população brasileira foram vitoriosas com a decisão do STF pela manutenção da exclusividade postal e consequentemente a abertura do mercado. A categoria e a população brasileira foram vitoriosas com a decisão do STF pela manutenção da exclusividade postal para a ECT. Não contente, buscam alterar a legislação com o Projeto de Lei nº 3677/08, na tentativa de abrir o mercado postal.

No ano de 2009 foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para avaliar a ECT. Infelizmente não houve a participação dos trabalhadores nos debates sobre o modelo de empresa estudado. Esta situação causou um desconforto nos trabalhadores que sentiram ameaçados, inclusive com a possibilidade de uma privatização.

O relatório apresentado pelo GTI apontava a necessidade de transformar a ECT em uma empresa S/A de capital fechado. O movimento sindical entende que tal mudança afeta a garantia de emprego dos trabalhadores, e, portanto a publicação de uma Medida Provisória nesse sentido era uma ameaça à categoria. O governo Lula percebendo essa ameaça aos trabalhadores divulgou que nenhuma mudança seria realizada em seu governo, e que o projeto estaria engavetado. Com a mudança de governo fica uma interrogação na cabeça dos trabalhadores de qual será a proposta para a ECT.

Sala da Comissão, em de fevereiro de 2011

**Eudes Xavier
Deputado Federal – PT/CE**

**Claudio Puty
Deputado Federal – PT/PA**